

O Futuro da Europa

N2

Janeiro/Fevereiro 07

Os debates do Debate

Portugal e o Futuro da Europa

A Europa em análise

Os debates do Debate

Os debates regionais constituem a primeira fase do projecto II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa, cujo objectivo principal é o de promover a descentralização do debate sobre a Europa, através de uma série de iniciativas de discussão pública. Com os debates regionais pretende-se levar a discussão a cidades mais afastadas dos centros académicos de reflexão, focando temas e problemas que são específicos às várias regiões.

Apartir dos debates realizados entre Novembro de 2006 e Janeiro de 2007 (Faro, Viana do Castelo, Funchal, Beja, Santarém, Leiria e Viseu) foi possível identificar algumas questões que mais mobilizam os participantes, nomeadamente:

- A imigração
- A adesão da Turquia à UE
- O ambiente e a energia
- As implicações directas que a pertença à UE tem sobre o quotidiano do cidadão comum

Esta última questão abarca uma série de outras preocupações concretas como a competitividade das regiões mais periféricas, a validade do modelo social europeu, ou a gestão equilibrada pelo governo nacional das prioridades comunitárias e das prioridades internas.

As intervenções nos vários debates permitem também notar uma tendência de aproximação dos níveis europeu, nacional e local. As temáticas gerais que dominam o debate europeu actual correspondem aos sectores em que se colocam os principais problemas locais e regionais.

Assim, no capítulo da competitividade, as questões relacionadas com o Mar, e com uma eventual estratégia

de desenvolvimento orientada em torno do potencial que o Mar representa em termos de recursos, energia, comunicações, transportes, foram fortemente discutidas em Faro, em Viana do Castelo, em Setúbal e nas capitais das regiões autónomas.

Os problemas da sustentabilidade ambiental foram particularmente debatidos em Setúbal e Beja. Numa perspectiva integrada, a principal preocupação dos cidadãos é que uma articulação eficaz das políticas nacionais e europeias possa garantir o equilíbrio entre a dimensão ambiental, social e económica das regiões.

O debate no Funchal e em Ponta Delgada centrou-se também na discussão sobre o estatuto de ultra-periferia definido pelo Tratado que Institui a União Europeia. Que vantagens trouxe a integração europeia para a Madeira e os Açores? De que forma a adesão contribuiu para o aprofundamento dos processos de autonomia?

Mas o principal assunto em debate parece ser a capacidade competitiva de Portugal num projecto de integração política cada vez mais alargado. Que oportunidades e ameaças representa o Alargamento para a economia portuguesa? De que forma as políticas europeias beneficiam ou constroem os sectores agrícola, do turismo ou tecnológico em Portugal?

Os próximos Seminários desenvolverão com maior profundidade as temáticas que marcam a actualidade da UE.

Os próximos Debates

MODELO SOCIAL, COMPETITIVIDADE, AMBIENTE: UMA AGENDA POLÍTICA

Faculdade de Economia da Universidade do Porto ■ 13 de Março ■ Porto

OS 50 ANOS DO TRATADO DE ROMA. A EUROPA DOS VALORES

Hotel Tivoli Lisboa ■ 27 de Março ■ Lisboa

A EUROPA ABERTA E AS SUAS FRONTEIRAS

Universidade de Coimbra ■ 17 e 18 de Abril ■ Coimbra

Portugal e o Futuro da Europa

A percepção pública da União Europeia

O projecto coordenado pelo IEEI pretende fazer uma avaliação das percepções que os cidadãos portugueses têm da pertença ao projecto europeu e do rumo que as políticas europeias devem tomar. Questões como o alargamento, o Tratado Constitucional, a política externa, o modelo social ou os valores da UE são centrais na discussão sobre o futuro da Europa.

Os resultados do último Eurobarómetro revelam que os portugueses julgam beneficiar da adesão de Portugal à UE e que associam o projecto de integração sobretudo aos valores da democracia. Todavia, o entendimento da UE como algo positivo é menor que em avaliações interiores. O facto explica-se, muito provavelmente, pela tendência que os cidadãos portugueses revelam de colar a situação económica e social nacional às exigências que a integração no projecto europeu impõe.

De facto, 50% dos inquiridos na última sondagem do Eurobarómetro considera que a UE tem um impacto negativo na economia nacional, e 87% considera que a situação económica do país é má.

Também por isso se explica que a principal preocupação dos cidadãos portugueses seja o emprego. Na verdade, também os debates já realizados no âmbito do projecto têm revelado que as implicações das políticas económicas e sociais da UE têm sobre a situação interna são uma preocupação importante para os portugueses.

Nesse sentido, a maioria dos cidadãos inquiridos distingue de forma bastante clara as competências que a UE, por um lado, e o governo nacional, por outro, devem ter.

Segundo a maioria dos inquiridos, as decisões que dizem respeito às políticas de segurança e política externa (e que incluem a luta contra o terrorismo), bem como à investigação científica e tecnológica, devem ser tomadas no quadro europeu.

Já no que diz respeito às áreas da saúde, segurança social, impostos, pensões e educação, a maioria dos inquiridos julga que os processos de tomada de decisão devem ser geridos internamente.

Quanto às prioridades de intervenção da UE apontadas pelos cidadãos portugueses, é notória uma coerência com as principais preocupações já referidas:

a luta contra o desemprego, contra a pobreza e a exclusão social, e a manutenção da paz e segurança são as prioridades mais referidas.

Além destas, outras duas questões parecem preocupar os portugueses. O alargamento, principalmente a adesão da Turquia, e a imigração.

Participe no II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa

Inquérito II Debate Nacional sobre o Futuro da Europa

Ao longo do período do projecto, o IEEI leva a cabo um inquérito sobre o Futuro da Europa, com o objectivo de captar as percepções que os portugueses têm do projecto de integração europeu.

Como resolver o impasse actual do Tratado Constitucional?

Quais devem ser os valores estruturantes do projecto europeu?

De que forma deve Portugal gerir as suas prioridades enquanto membro da UE?

Escreva uma Tese

Quais são os temas?

- A dimensão económica e social da Europa
- Valores, objectivos e políticas da União
- A Europa no Mundo, alargamento e fronteiras

A que regras devem obedecer as teses?

- Ser trabalhos originais
- Possuir não mais de 5000 caracteres (cerca de duas páginas A4)
- Ser enviadas até **30 de Abril**

Como participar/enviar?

- Aquando das iniciativas do projecto, contactando a organização

Enviando o seu texto para o **IEEI: Rita Pais** (rp@ieei.pt) ou **Cristina Trancoso** (ct@ieei.pt)

Mais informação em www.ieei.pt

A Europa em Análise

■ “Unida, a Europa acontece!”

O lema da Presidência alemã parece reflectir, não só as prioridades definidas para o primeiro semestre de 2007, mas também a intenção que o Conselho Europeu manifestou, e incluiu nas suas regras de procedimentos em Junho de 2002, de promover uma maior continuidade entre as diferentes presidências.

Assim, o “trio das presidências” alemã (primeiro semestre de 2007), portuguesa (segundo semestre de 2007) e eslovena (primeiro semestre de 2008), prepararam um programa de acção, aprovado em Dezembro de 2006. O programa, organizado em três partes fundamentais, traça o quadro estratégico que enquadra a actuação futura da Presidência do Conselho - a França, a República Checa e a Suécia, as três próximas presidências foram também consultadas para a definição deste quadro; define as prioridades específicas de cada presidência e estabelece ainda o conjunto dos temas que se espera discutir durante os próximos 18 meses.

Os grandes temas do programa, que são abordados por cada uma das presidências, são o alargamento e as relações externas; a concretização da Estratégia de Lisboa, particularmente no que diz respeito ao emprego e crescimento; a política energética; as dimensões da liberdade, segurança e justiça; as migrações e, claro, a reforma institucional da UE.

Na verdade, os temas eixo definidos no programa são uma continuação dos trabalhos da Presidência finlandesa, incluindo o difícil dossier das negociações de adesão da Turquia ou o aprofundamento das relações com a Rússia

A implementação da estratégia para África (adoptada em Dezembro de 2005) e a definição, no Conselho Europeu de Dezembro de 2006, dos elementos que devem constar de uma política comum de imigração, lançam as bases para a organização da Cimeira Euro-Africana, durante a Presidência Portuguesa.

Além disso, o lançamento do debate sobre a política energética europeia permitiu a apresentação, em Janeiro, do plano de acção para a energia e ambiente.

Esta é, aliás, uma das prioridades da Presidência alemã. Os temas da eficiência energética, da bio-energia e da inovação vão marcar a primeira parte da presidência, e dominar a discussão no Conselho Europeu de Março.

De facto, a Presidência propôs-se preparar as condições, até Julho de 2007, para criar um mercado interno integrado de transportes e energia.

A segunda metade da Presidência alemã será sobretudo consagrada ao relançamento do projecto constitucional. Estão previstas consultas aos Estados membros, com o objectivo de produzir um relatório (a apresentar em Junho) que faça uma análise da crise institucional e que apresente, ao mesmo tempo, recomendações e soluções. O relatório deverá permitir às presidências seguintes (nomeadamente à portuguesa) relançar as negociações com vista à aprovação de um novo Tratado.

Com a adesão da Bulgária e da Roménia, a região do Mar Negro tornou-se também prioritária, visto que os países da região são desde Janeiro de 2007 vizinhos imediatos da UE. O facto obriga a um repensar da Política de Vizinhança, que deve ser iniciado já com a Presidência Alemã.

Além destas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Frank-Walter Steinmeier, já tornou claro que a Ásia Central é uma região de interesse fulcral para a União. Por um lado, pelo facto de estar próxima de zonas de instabilidade, como o Paquistão e o Afeganistão, e porque a aproximação da Europa pode constituir uma tentativa de contenção do fundamentalismo islâmico. Por outro, porque é uma zona de vastos recursos energéticos, que podem ser úteis à Europa.

■ A União Europeia e os Desafios da Globalização

O Centre for European Reform acaba de editar o mais recente número da série “Lisbon Scorecard”, desta feita dedicado aos efeitos da globalização na economia europeia. Da autoria de Katinka Barysch, Simon Tilford e Aurore Wanlin, o relatório *The Lisbon Scorecard VII - Will globalisation leave Europe stranded?* faz um balanço comparativo da implementação da Estratégia de Lisboa e chega a algumas conclusões sobre a posição da União Europeia em face da globalização. A ideia-chave que resulta da sua leitura é que a globalização e a ascensão da China e da Índia, mais do que um problema, representam uma oportunidade para a União Europeia, desde que se mantenha a aposta nos valores em que se baseia a Estratégia de Lisboa e desde que se acelere a sua implementação.

A principal conclusão que os autores retiram é que, apesar de a Europa ter vindo a revelar dificuldades em atingir os objectivos traçados no lançamento da Estratégia de Lisboa (em Março de 2000), as opções então tomadas continuam a ser chave para fazer frente aos efeitos nefastos da globalização, e para tirar partido das oportunidades por si criadas. Além disso, na União Europeia, há casos bem sucedidos de implementação da

Agenda de Lisboa (aqueles a que os autores chamam de *heróis*, por oposição aos “incumpridores” *vilões*), que poderão servir de exemplo para os Estados membros que têm revelado menor capacidade de proceder às reformas necessárias. O texto apresenta também um *ranking* baseado na performance dos Estados membros ao nível dos indicadores estruturais elencados pela UE, e que revela que são os países nórdicos, e ainda a Holanda e o Reino Unido, que estão mais avançados nas matérias consideradas prioritárias:

Inovação (sociedade de informação e Investigação e desenvolvimento)

Liberalização (telecomunicações, transportes e serviços)

Empreendedorismo (condições para início de negócios, regulação e subsídios estatais)

Emprego e inclusão social (atração de trabalhadores para o mercado de trabalho, qualificação da mão-de-obra e modernização do sistema de protecção social)

Desenvolvimento sustentável (sobretudo ao nível das alterações climáticas)

Os Estados membros que se encontram em fase mais atrasada na implementação destes requisitos são a Roménia, Malta e a Polónia. No que diz respeito a Portugal, as áreas em que apresenta pior performance são ao nível dos transportes, da regulação, da atracção de trabalhadores para o mercado de trabalho, da qualificação da mão-de-obra e da modernização do sistema de protecção social.

Como se refere na conclusão do relatório, *globalisation is producing winners as well as losers*. Para se colocar numa posição confortável, a União Europeia tem de fazer um esforço para, em todos os Estados membros, implementar as medidas que foram gizadas aquando do lançamento da Estratégia de Lisboa e da sua revisão de 2005. Se já há casos na UE em que os resultados são muito satisfatórios, o principal objectivo é, agora, fazer subir os níveis de implementação da Agenda de Lisboa em todos os outros Estados membros, para que a União Europeia apresente uma maior homogeneidade nestes domínios, pois só assim poderá enfrentar com optimismo os desafios da globalização.

O *Lisbon Scorecard* é um relatório que o Centre for European Reform publica anualmente e que fornece uma visão da performance da economia europeia e dos resultados das suas políticas reformistas.

Recuperar o debate em torno do Tratado Constitucional

A presidência alemã da UE quer reavivar o debate em torno do Tratado Constitucional. O tema é uma das

prioridades do semestre, procurando superar o impasse que se vive na Europa.

O presidente do Parlamento Europeu também já sublinhou a urgência de se encontrar um novo documento. A estas duas vozes juntou-se a iniciativa espanhola dos “Amigos da Constituição Europeia”, que congrega os 18 Estados membros que já ratificaram o texto.

Depois de um longo período de reflexão, a Europa tenta ultrapassar as rejeições francesa e holandesa do Tratado Constitucional. O objectivo da presidência alemã é ter um novo texto até às próximas eleições para o Parlamento Europeu, no início de 2009, que possua as reformas necessárias para assegurar a viabilidade de uma União alargada.

Vão ser efectuadas consultas aos parceiros europeus para se tentar ultrapassar o impasse. Em Junho, a presidência alemã apresentará ao Conselho um relatório com as conclusões saídas destes encontros. Também será estabelecido um cronograma do processo de ratificação. O Programa das Presidências Alemã, Portuguesa e Eslovena, que marca a agenda europeia nos próximos 18 meses, está em sintonia e propõe-se continuar o trabalho desenvolvido neste primeiro semestre.

Este renovar da preocupação quanto à aprovação do Tratado estende-se às restantes instituições europeias. O recém-empossado presidente do Parlamento Europeu, Hans-Gert Poettering, afirmou a relevância de se seguir em frente. “A UE não pode continuar a ser dirigida com os instrumentos ultrapassados dos actuais tratados”. Por seu lado, o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, sublinhou que uma Europa a 27 precisa de “uma maior eficácia decisória, de uma legitimidade democrática reforçada e de maior coerência no plano externo”.

Em paralelo com estas posições surgiu o “Amigos da Constituição Europeia”, um grupo de trabalho liderado por Espanha e Luxemburgo, que reúne os 18 Estados-Membros que já ratificaram o Tratado – Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Finlândia, Grécia, Hungria, Itália, Letónia, Lituânia, Malta e Roménia – aos quais se juntaram, enquanto observadores, Irlanda e Portugal. Estes responsáveis tiveram – a 26 de Janeiro último – uma reunião informal onde demonstraram o seu apoio ao texto constitucional.

Contudo, a ratificação do Tratado não será fácil, dado que alguns Estados – por exemplo a Polónia, que ainda não ratificou o Tratado, ou a Holanda, cuja população o rejeitou em referendo – se mostram mais favoráveis à adopção de um novo texto.